

## A Argumentação Presente em Diferentes Gêneros Textuais<sup>1</sup>

Giseli Nouais da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

Sabe-se que a linguagem humana hoje é estudada não apenas por sua finalidade comunicativa, pois o ato da comunicação está associado, segundo alguns teóricos, a algo mais específico da língua: argumentar. Por isso, este trabalho apresenta as características básicas da argumentação, tendo como embasamento teórico os autores Othom M. Garcia, Adilson Citelli, Luiz Antonio Marcuschi e Ingedore Koch, e procura identificar essas características em diferentes gêneros textuais, para demonstrar que a argumentação é ato inerente à língua, independente do suporte que a mesma se utiliza. Para isso, analisaremos textos de diferentes gêneros e identificaremos em cada um as estratégias argumentativas encontradas, mostrando que, com menor ou maior grau de intencionalidade, qualquer discurso está isento do mito da neutralidade, como afirma Koch (2004).

**Palavras-chave:** *Argumentação; Gênero Textual; Ensino de língua*

### 1. Discutindo teoria

Os estudos lingüísticos sobre argumentação não são recentes. Desde a Grécia Antiga já existia a preocupação com o domínio da expressão verbal, afinal os gregos participavam de um regime democrático em que suas idéias teriam que ser expostas publicamente para serem aceitas ou não. Isso fez com que as escolas da época criassem disciplinas que ensinassem a arte da habilidade com as palavras: a eloqüência, a gramática e a que mais se destacou foi a retórica. Com isso, a questão já não era mais falar, mas falar de forma elegante, com arte e espírito. Mas enquanto na Grécia Antiga a retórica passou a

<sup>1</sup> Trabalho orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Maria de A. Barbosa, coordenadora do Grupo de Estudos em Teorias do Discurso (GETED).

<sup>2</sup> Graduanda do oitavo semestre de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e integrante do GETED.

ser apenas um método embelezador do discurso, a retórica moderna se dedica ao estudo das figuras de linguagem e técnicas de argumentação.

No que diz respeito a essas técnicas, ou ao que preferimos chamar de estratégias, Citelli (2004) explica que, em qualquer texto, busca-se o convencimento, objetiva-se os efeitos pragmáticos da linguagem. Isto é ressaltado a capacidade que as palavras têm de influenciar as pessoas e suas atitudes. Seguindo esse raciocínio entendemos que a argumentação está na língua não importando qual meio as pessoas usem-na para se comunicar, pois em todo texto há uma ideologia, mesmo que o locutor ainda não tenha plena consciência disso.

Citelli (1997) critica em seu livro o mito da neutralidade jornalística que é usado para mascarar o poder persuasivo dos noticiários de uma revista que, tentando passar uma imagem de respeitabilidade junto aos seus leitores, se diz informativa e não persuasiva. Isso porque, a persuasão é relacionada a alguns qualificativos como fraude, engodo e mentira. Mas como diz o próprio autor: “Generalizando um pouco é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo.” (1997, p. 6)

Portanto, concordando com o que diz o autor, afirmamos que não se pode fugir da realidade de que, com menor ou maior grau de intencionalidade, persuadir faz parte da linguagem humana. Sem contar que, o próprio slogan da revista citada pelo autor, que se disse informativa e não persuasiva, já nos quer tentar convencer de sua integridade, o que nos permite constatar esse poder argumentativo que a língua traz em si mesma. Entendemos por isso que, embora discurso e persuasão não se encontrem nos dicionários definidos como sinônimos, na prática fica impossível fazer uma divisão entre os dois termos seja qual for a forma discursiva utilizada.

Por falar em significados, a palavra persuadir vem do latim *persuadere* que significa aconselhar e é sinônimo de submeter, tendo assim, segundo Citelli (1997), uma vertente autoritária, ou seja, quem aconselha quer levar o outro a aceitação de uma idéia, e podemos acrescentar ainda que, para aconselhar, normalmente, é preciso ter maior poder do que o aconselhado. Para tanto, afirmamos que o persuasor age através da linguagem pretendendo produzir efeitos de sentido, respostas, estabelecendo mecanismos argumentativos capazes de causar esses efeitos. Esses mecanismos podem variar conforme o público ou o receptor do enunciado, como por exemplo, palavras mais simples ou, estruturas frasais mais diretas, toda essa preocupação com a forma ou o estilo a ser usado já é uma estratégia argumentativa que o locutor pode usar em seu discurso. Tratando-se desses mecanismos,

Citelli (1997) cita as figuras de linguagem, especificamente a metáfora e a metonímia, afirmando que elas se fazem importantes em alguns textos para prender a atenção do receptor, pois rompem a significação própria da palavra criando novos efeitos.

Poderemos fazer aqui a distinção entre três discursos, dividindo-os em modos organizacionais. Dessa forma, temos por Citelli (1997) o discurso lúdico que toma forma mais democrática com menor grau de persuasão, quase sem a presença de imperativos e sem uma verdade única e acabada; o discurso polêmico, que atrai uma atmosfera de instigação com argumentos que podem ser contestados; e o discurso autoritário que não permite questionamentos. Para chegar a essas caracterizações, o autor analisa quatro quesitos, a saber: distância (atitude do sujeito falante face ao seu enunciado); modalização (modo de construção do enunciado); tensão (relação que se estabelece entre locutor e interlocutor) e transparência (grau de opacidade e ou transparência do enunciado).

Essas modalidades servirão mais tarde para a nossa análise dos gêneros textuais selecionados, nos quais iremos apontar essas e outras características argumentativas.

No entanto, para não só fazermos a análise do tipo de discurso utilizado faz-se necessário falar também da estrutura do texto argumentativo na qual se destaca o autor Othon M. Garcia, que define assim a argumentação: “Convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente. (2000, p.380).”

Para Othon (2000), o ato de argumentar está intimamente relacionado à consistência dos fatos. Sendo assim ele estabelece condições para que haja argumentação nos textos orais ou escritos, tendo a mesma que se basear na lógica e não no que ele chama de “juízos de simples inspeção” que são os preconceitos, superstições ou generalizações apressadas. Além disso, o xingamento, a ironia, o sarcasmo, por mais brilhante que pareçam e por mais que consigam desequilibrar o oponente, já mais devem ser considerados como elementos argumentativos, pois fogem à consistência dos fatos, tendendo simplesmente a um comportamento falacioso, comprovando nada menos que a falta de argumentos.

Tais condições para se obter um texto argumentativo nos são apresentadas de uma forma tão criteriosa por Garcia, que parece estarmos tratando de uma linguagem judicial. Vemos isso quando ele explicita que para que os argumentos sejam claros, necessitam de evidência, uma vez considerada por Descartes como o critério da verdade, ou “certeza manifesta que se chega pelo raciocínio ou pela apresentação de fatos”. Essas evidências se

manifestam num texto argumentativo através de fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos e testemunhos, os quais para o autor são de fundamental importância para dar credibilidade a um discurso que se diz argumentativo, elevando a consistência do texto.

Além das evidências o texto argumentativo é também composto de uma estrutura que o identifica como tal. Essa estrutura nos é colocada por Garcia (2000) sob dois aspectos: o da argumentação informal e o da argumentação formal, ambas compostas por quatro estágios.

Os estágios da argumentação informal que compõem a estrutura do texto são: a proposição, a concordância parcial, a contestação, e a conclusão. Já na argumentação formal, temos: a proposição, a análise da proposição, a formulação dos argumentos e a conclusão. Assim, entendemos que o que difere a argumentação formal da informal são, principalmente, os estágios da concordância parcial e análise da proposição. Enquanto esta aparece num texto de argumentação formal conceituando elementos da proposição, aquela aparece na argumentação informal apresentando “os dois lados da moeda” em relação à proposição, opondo-se à argumentação formal na qual a tese deve ser bem definida e inconfundível quanto ao que nega ou afirma.

Vimos então a estrutura básica de um texto argumentativo, mas convém lembrar que argumentar implica, segundo Garcia (2000), divergência, portanto não se pode argumentar sobre verdades universais, como por exemplo o fato de o homem ser um ser vivo; e ainda convém ressaltar que o assunto a ser abordado deve ser específico, pois para o autor, argumentar sobre generalidades seria quase impossível.

Podemos perceber então que existem condições favorecedoras de uma argumentação realmente clara e consistente, porém sempre refutável já que só se argumenta sobre temas divergentes. Contudo, salientamos que estamos sempre colocando a linguagem à disposição dos nossos ideais, da nossa cultura, do que achamos que é verdade, já que somos seres dotados de vontades e formamos a todo instante juízo de valor sobre as coisas. Como podemos ver: “É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo”. (Koch, 2004: 17).

Koch (2004) ainda ressalta que, se admitimos essa teoria, nos permitimos pensar que a distinção feita tradicionalmente entre argumentação e dissertação, tendo esta a função de expor idéias alheias imparcialmente, desaparece já que a própria seleção das

idéias a serem reproduzidas implica uma opção. Segundo a autora, nos textos descritivos e narrativos também se faz presente a argumentação, mesmo que em menor grau.

Ao falarmos da estrutura do texto argumentativo e suas condições, não usamos o termo persuadir e sim, convencer, isso porque, para o autor que as descrevia, o conceito de argumentação está relacionado aos princípios da lógica. Sobre isso Koch (2004) cita Perelman (1970) para fazer certa distinção entre os termos persuadir e convencer. Diz que a persuasão busca atingir o interlocutor através dos sentimentos, da vontade, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, estando portanto vinculado à emoção; enquanto que convencer é estritamente ligado à razão, por meio de provas objetivas e claras, no entanto ligado à lógica. Supomos, por isso, que há maneiras distintas de argumentar: por meio da persuasão ou convencimento, que provavelmente serão utilizadas conforme for a intenção do locutor, seu público alvo e, especialmente, o gênero que ele utilizará para expor seus argumentos.

## **2. Um pouco sobre gêneros e tipos textuais**

São inúmeros os gêneros textuais que circulam na nossa sociedade. Quase incontáveis, já que são produtos do cotidiano da mesma, e suscetíveis a mudanças e adaptações conforme a necessidade de uso dos falantes. Já os tipos de textos são limitados quanto ao seu número e não partem de experiências sociais, estando mais ligados a forma.

Koch (2003) afirma que a competência sociocomunicativa do falante/ouvinte é que o conduz a distinção dos gêneros e, conseqüentemente, a sua competência textual permite-lhe saber quais seqüências predominam em um texto para classificar o seu tipo. Há então uma capacidade metatextual, segundo ela, que provém do contato cotidiano do sujeito com os textos.

Obviamente, os falantes/ouvintes da língua têm a todo instante contato com algum texto, seja ele verbal ou não-verbal. Portanto, entendemos que tendo este contato todos eles desenvolvem certa capacidade de diferenciação entre um texto e outro por algumas características próprias de cada texto. Essas características próprias, sendo elas o veículo da comunicação, a linguagem utilizada, entre outras, é que vão levar o falante/ouvinte, ao encontrar-se com diferentes textos, a saber que não se trata de textos do mesmo gênero, mesmo que talvez ele não saiba ainda a definição do que é um gênero textual. Para Marcuschi:

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (Marcuschi, 2005: 22-23)

Dessa forma, os gêneros estabilizam as atividades comunicativas do nosso dia-a-dia, embora não sejam uma materialização textual inflexível, sendo entidades sócio-discursivas bastante dinâmicas, segundo o autor. Provavelmente, por conta dessa maleabilidade é que os gêneros sejam de difícil definição formal, pois não se caracterizam por particularidades lingüísticas e sim cognitivas e institucionais.

O grande número de gêneros possibilita uma maior variedade lingüística a circular na sociedade e ajuda a desfazer o abismo ainda existente entre a oralidade e a escrita, suscitando um hibridismo que “[...] inviabiliza de forma definitiva a velha visão dicotômica ainda presente em muitos manuais de ensino de língua”. ( Marcuschi, 2005: 21).

Para a definição de tipos textuais temos:

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (Marcuschi, 2005: 22)

Observamos, portanto, que se trata de uma definição relacionada à forma e suas peculiaridades lingüísticas e estruturais, o que traz certas limitações tanto para o ensino, quanto para a quantidade de tipos existentes, já que não se partem de necessidades advindas dos falantes de se comunicarem, sendo uma estrutura fixa. Então um tipo textual é caracterizado por traços que formam uma seqüência e não um texto e quando o classificamos estamos nomeando um predomínio de um tipo de seqüência.

É notável, porém, que num gênero textual encontramos geralmente mais de um tipo dessas seqüências, cabendo ao gênero uma heterogeneidade que faz dele um instrumento importante para agirmos em situações de linguagem e ensino, potencializando a ação do falante/ouvinte, a ação do educador e do educando.



### 3. Delimitando o corpus

Feitas algumas observações relevantes sobre os gêneros e tipos textuais, cabe-nos agora usarmos os textos escolhidos como corpus para a nossa análise, nos quais iremos apontar algumas estratégias argumentativas utilizadas. Esses textos são de diferentes gêneros, sendo eles a crônica, a coluna de opinião de revista e o artigo científico.

Os três gêneros citados, embora diferentes, podem ser encontrados num mesmo veículo de comunicação: a revista ou jornal, por exemplo, mas assumem funções distintas diante da sociedade.

A crônica, texto criado para circular exclusivamente na imprensa, pode conter um teor informativo, mas tem uma particularidade de envolver num mesmo texto fantasia, humor, certo teor de criticidade e ficção, dependendo do toque pessoal que o cronista queira dar. Normalmente o leitor lê a crônica considerando-a uma leitura leve e agradável, já que se trata de temas relacionados ao seu cotidiano, podendo passar despercebido o teor argumentativo que está presente. A coluna de opinião já é mais voltada para o leitor que pretende saber a opinião de alguém sobre determinado assunto. Espera-se, então, que o leitor já saiba que irá encontrar nessa leitura algo de persuasivo. Por sua vez, o artigo científico pretende de início informar o leitor sobre algo voltado à saúde ou descobertas científicas. No entanto, notamos que nesse tipo de texto, especialmente quando se tratar de temas polêmicos, o cientista usará provavelmente estratégias de argumentação para convencer o leitor de suas teses científicas.

Nossa primeira análise é com a crônica de Affonso Romano de Sant'Anna que relata as conseqüências que traz os trinta anos, que para uns parece algo imensamente desprazeroso. O autor, entretanto, tenta nos mostrar o lado bom de quem se permite fazer essa idade. Em seguida teremos como objeto de análise um texto extraído de uma coluna de opinião da revista *Veja*, escrito pelo colunista Gustavo Ioschpe, Economista e Especialista em Educação, que escreveu o texto "Professor não é coitado", no qual ele tenta por meio de vários dados provar que os profissionais da educação não são tão desvalorizados, como a grande maioria pensa. O último texto é um artigo científico escrito pelo Biogenista Fernando Travi, que tem como título "Remédios são venenos", que já traz exposto no próprio título qual tese irá defender no decorrer do artigo.

Como vimos, todos os três textos são sobre temas bastante divergentes, o que possibilita a ação nata da língua de argumentar, por isso com maior ou menor grau encontraremos nesses textos as estratégias e as condições argumentativas presentes.

#### 4. Análise das estratégias argumentativas

##### Texto I: Crônica

Encontramos a *proposição* da crônica no terceiro parágrafo:

“Não sabem o que perdem os que não querem celebrar os 30 anos. Fazer 30 anos é coisa fina [...]” (l. 14–15)

Na verdade, todo o parágrafo reafirma esta proposição, com definições poéticas e metafóricas, como em:

“Fazer trinta anos (...) é um rito de iniciação, um ato realmente inaugural”. (l. 8-9)

A linguagem metafórica reforça o caráter lúdico do texto, já que as definições não são tomadas como verdades e sim impressões e atitudes do enunciador. Além disso, a linguagem figurada é um modo de dizer menos assertivo e direto, o que deixa sempre para o locutor uma margem maior para livre interpretação.

“[...] fazer 7, 14, 18 ou 21 é ir numa escalada montanha acima, enquanto fazer 30 anos é chegar no primeiro grande patamar de onde se pode mais agudamente descortinar”. (l. 6-8)

“Até os 30, me dizia um amigo, a gente vai emitindo promissórias. A partir daí é hora de começar a pagar. (l. 19, 20).

No exemplo acima além da metáfora temos um *testemunho* “me dizia um amigo”. Há também o testemunho do próprio cronista que ocupa todo o sexto parágrafo:



“Um dia eu fiz 30 anos. Estava ali no estrangeiro, estranho em toda a estranheza do ser, à beira-mar, na Califórnia. Era um homem e seus trinta anos. Mais que isto: um homem e seus trinta anos. [...]” (l. 31-33).

Alguns *factos* são expostos no quarto parágrafo:

“A profissão já deve ter sido escolhida. Já se teve a primeira mesa de trabalho, escritório ou negócio. Já se casou a primeira vez, já se teve o primeiro filho. A vida já se inaugurou em fraldas, fotos, festas, viagens, todo tipo de viagens, até das drogas já retornou quem tinha que retornar”. (l. 22-25)

Na *Conclusão* o autor dá uma dica, ou solução para fechar o seu ponto de vista sobre a idade dos trinta anos:

“Fazer 30 anos é mais do que chegar ao primeiro grande patamar. É mais que poder olhar pra trás. Chegar aos 30 é hora de se abismar. Por isto é necessário ter asas, e sobre o abismo voar. (l. 50-52)

Notamos que para Citelli (1997), este seria um discurso lúdico, mais aberto, sem imperativos e com menor grau de persuasão. Além da linguagem poética tecida pela utilização das figuras de linguagem, que reforça a polissemia do texto.

## **Texto II: Coluna de opinião de revista**

Há uma observação importante nesse texto que é o fato de o autor começá-lo com uma opinião oposta à sua para depois refutá-la. Nesse caso ele toma a palavra do outro, a grande massa, para a partir de seus argumentos, enfraquecê-la. Vejamos:

“O professor brasileiro é um herói. Batalha com afinco contra tudo e todos em prol de uma educação de qualidade em um país que não se importa com o tema, ensinando em salas hiperlotadas de escolas em péssimo estado de conservação. Tem de trabalhar em dois ou três lugares, com uma carga horária exaustiva. Ganha um salário de fome, é constantemente acossado pela indisciplina e desinteresse dos

alunos e não conta com o apoio dos pais, da comunidade, do governo e da sociedade em geral”. (l. 1-5)

Essa é segundo Othon uma característica da estrutura informal da argumentação: começar pela refutação. Nessa estrutura a *proposição*, ao contrário do que muitos pensam, não se encontra no início do texto. No texto analisado ela está no sexto parágrafo:

“[...] a realidade da carreira de professor é bastante diferente da imagem difundida”. (l.19,20)

Como evidências, são muitas as utilizadas pelo colunista. Entretanto, nota-se o predomínio de *dados estatísticos*:

“Segundo a última Sinopse Estatística do Ensino Superior, em 2005 havia 904.000 alunos matriculados em cursos da área de educação, ou o equivalente a 20% do total de alunos do país. É a área de estudo mais popular, deixando para trás gerenciamento e administração (704.000) e direito (565.000). Ademais, é uma área que só faz crescer: em 2001, eram 653.000 alunos – um aumento de quase 40% em apenas quatro anos”. (l. 8-12)

“Segundo dados da última Pnad tabulados por Simon Schwartzman, há 2,9 milhões de professores em todo o país”. (l. 13,14)

“Segundo o Perfil dos Professores Brasileiros, ampla pesquisa realizada pela Unesco, 58,5% têm apenas um local de trabalho. Os que fazem dupla jornada são pouco menos de um terço: 32,2%. Só 9%, portanto, trabalham em três escolas ou mais. Sua carga horária também não é das mais massacrantes: 31% trabalham entre uma e vinte horas em sala de aula por semana, 54% ficam entre 21 e quarenta horas e o restante trabalha mais de quarenta horas”. (l. 22-29)

“Mais de 90% de nossas escolas de ensino fundamental têm banheiro, água encanada e esgoto, e 87% contam com eletricidade. Quase um terço tem quadra esportiva, e 42% dispõem de computadores. (l. 47-49)

O autor da coluna cita alguns elementos que ele considera como  *fatos*  para a sua argumentação:

“O que os representantes da categoria não costumam mencionar são as vantagens da profissão: as férias longas, a estabilidade no emprego e o regime especial de aposentadoria (80% são funcionários públicos) e, sobretudo, a regulamentação frouxa”. (l. 36-38)

Encontramos no texto um trecho que reflete uma *Concordância parcial*, não acerca da proposição como um todo, mas relacionada apenas à infra-estrutura citada:

“Certamente há muito que melhorar, mas é igualmente certo que o nosso professorado não trabalha em condições infra-estruturais sofríveis”. (l. 49,50)

Na *conclusão* percebemos também que o colunista aponta soluções para os problemas enfrentados pelo professor:

“[...] Só assim melhoraremos o desempenho das nossas escolas e daremos um futuro ao país.” (l. 96,97)

Nota-se também o uso do *nós* inclusivo, que aponta para uma possível concordância entre enunciador e interlocutor. Há entre eles pelo menos dois interesses comuns, as escolas e o futuro do país. Aproximando-se do interlocutor, não apenas com o uso do *nós*, mas também com o uso de muitas perguntas retóricas, o texto mostra as pessoas do discurso, um *eu* e um *tu* entrelaçados em um *nós* que orienta a argumentação com muita lógica.

Todas essas estratégias reforçam o caráter polêmico do texto, que embora admita a presença do outro, procura convencê-lo de sua proposição. Há desse modo no discurso polêmico um tom de debate/embate e um certo grau de instigação.

### **Texto III: Artigo científico**

Já no artigo científico a *proposição* retorna ao primeiro parágrafo, caracterizando a estrutura formal do texto argumentativo. No texto estudado ela aparece de forma assertiva e direta da seguinte forma:

“Remédios não curam ninguém, só adoecem”. (l. 9)

Em seguida observemos a *análise da proposição*, o que ratifica a formalidade do texto científico:

“[...] a recuperação da saúde é um processo fisiológico natural que não pode ser substituído por qualquer meio externo”. (l. 11-13)

“O que se convencionou chamar de "doença", tal como a febre, a dor, a inflamação e a infecção, é, na maioria das vezes, um processo de eliminação de toxinas e de reparação realizado pelo organismo para recuperar a saúde”. (l. 15-19)

Podemos também ver alguns *exemplos hipotéticos*:

“Quando alguém respira ar poluído, come alimento impróprio, ingere álcool, remédios, fica irritado, preocupado, ou seja, ataca sua saúde, certamente adoecerá. Após semanas, meses ou anos, os resultados serão reumatismos, infecções, câncer etc”.(l. 22-28)

“Se alguém ingeriu álcool e está bêbado [...]”. (l. 33, 34)

Há também *exemplos reais*:

“A velha e confiável aspirina é um veneno mortal e está proibida na Inglaterra para quem tem até 16 anos - já destruiu a saúde de milhares de crianças em todo o mundo. O Interferon, que, na década de 80, era anunciado como a "cura do câncer", foi mais um fracasso; a talidomida, testada por mais de três anos, aleijou milhares”. (l. 68-75)

Por fim, alguns  *fatos*:

“Os remédios geram muita riqueza para seus fabricantes, mas escravizam e matam seus usuários”. (l. 83-85)

A *Conclusão* acontece com a mesma instigação que é iniciada o texto, sendo que o autor apela para a persuasão, tentando atingir o leitor pela emoção e não pela razão, o que poderia nos induzir a crer que trata-se de um texto polêmico:

“Os remédios são a herança tardia dos caldeirões dos feiticeiros e curandeiros disfarçada de prática científica.” (l. 87-89)

Entretanto, ao apagar os sujeitos do discurso e insistir na impessoalidade científica é como se os fatos falassem por si só, o que de certa forma seria característico de um certo dogmatismo que supervaloriza a razão e esconde os sujeitos da enunciação para proclamar verdades incontestes, embora refutando antigas verdades.

“ Curar-se é tão natural quanto a reprodução, a digestão e o crescimento.” (l. 14-15)

“ Ninguém adoece sem motivo”. (l. 28)

“ Tudo o que não é alimento é veneno”. (l. 40)

Daí nos perguntarmos se o discurso científico não poderia aproximar-se do discurso autoritário, conforme terminologia de Citelli.

## 5. Conclusão

Partindo do pressuposto teórico apresentado no presente trabalho, podemos comprovar que toda ação lingüística contém traços argumentativos e que toda forma de comunicação se dá através de algum gênero textual.

O gênero textual é, a nosso ver, um importante instrumento de trabalho para a ação do professor do ensino de língua, que pode abordar a questão dos tipos textuais a partir da diversificação dos próprios gêneros, já que estes são heterogêneos quanto à tipologia, embora haja uma predominância do tipo em cada texto.

Com a análise feita nos textos selecionados, comprovamos esse processo nato da língua de argumentar, visto que, até mesmo em textos que não são de predominância persuasiva, como é o caso da crônica, encontramos estratégias argumentativas que atestam a inexistência do mito da neutralidade da língua.

Vale ressaltar que reconhecer que a língua, em qualquer situação discursiva, traz aspectos argumentativos é de suma importância, não apenas para os estudiosos da área, mas para qualquer cidadão, já que, saber dos efeitos de sentido que a linguagem produz torna o falante/ouvinte apto a utilizá-la com criticidade e autonomia.

## Bibliografia

**CITELLI, Adilson O.** *O Texto Argumentativo*. 1ª Ed. São Paulo: SCIPIONE, 2004.

**CITELLI, Adilson O.** *Linguagem e persuasão*. 11ª Ed. São Paulo: Ática, 1997.

**GARCIA, Othon M.** “Argumentação”. In *Comunicação em prosa moderna*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2000.

**KOCH, Ingedore G. Villaça.** *Argumentação e linguagem*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

**KOCH, Ingedore G. Villaça.** *Desvendando os segredos do texto*. 2ª Ed. São Paulo. Cortez; 2003.

**MARCUSCHI, Luiz Antônio.** “Gêneros textuais: definição e funcionalidade”. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.19-36.

**IOSCHPE, Gustavo.** *Professor não é coitado*. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/gustavo\\_ioschpe](http://veja.abril.com.br/gustavo_ioschpe). Acesso em 07/05/2008.

**SANT’ANNA, Affonso Romano de.** *Fazer 30 anos*. Disponível em: [http://www.releituras.com/arsant\\_30anos.asp](http://www.releituras.com/arsant_30anos.asp). Acesso em 07/05/2008.

**TRAVI, Fernando.** “Remédios são venenos”. *Revista Superinteressante*, São Paulo, Ed 184, p86, jun.2003.

